

A PROPOSTA DE AUMENTAR O PISO SALARIAL É UM DESAFIO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo. 27.11.1988

A posição assumida por economistas e empresários no debate sobre o aumento do Piso Salarial Nacional, cujo nível o Congresso deverá decidir nos próximos dias, é uma excelente forma de testar o caráter moderno e progressista ou então conservador, senão retrógrado, daqueles envolvidos no debate. Estes não hesitarão em afirmar, conforme já o fez um empresário da ultra-direita especulativa, que "a proposta não trará benefícios reais aos trabalhadores. Vai gerar desemprego e colocar o país na hiperinflação". Em contrapartida, um grande empresário do setor produtivo de São Paulo, lembrava que a medida "não deverá trazer impacto maior à indústria paulista".

Na verdade, temos duas propostas no Congresso: uma, do deputado Maurílio Ferreira Lima, aumenta em 100 por cento, para Cz\$ 61.200 o Piso Nacional de Salários e determina aumento reais de 10 por cento durante um ano; e outra, do senador Carlos Chiarelli, eleva o Piso para 11 OTNs (cerca de Cz\$ 52.300 em dezembro, correspondente a um aumento de 70 cento sobre o valor nominal e de 35 por cento sobre o valor real) e determina aumentos reais de 1,5 por cento ao mês durante um semestre, ao final do qual o Congresso reavaliará o problema. A primeira é exagerada, enquanto que a segunda estabelece um aumento razoável inicialmente e estabelece a obrigação de aumentos graduais nos meses seguintes.

Não há dúvida que a medida tem algum impacto inflacionário. É certo que no Nordeste e em alguns setores - serviços de limpeza, por exemplo - ela trará problemas. A Previdência poderá ter algumas dificuldades. Mas nós estamos cansados de saber que não existem medidas econômicas sem custos. E é preciso ficar claro que o impacto inflacionário do aumento do Piso Nacional de Salários não será alto, porque a porcentagem dos que ganham um salário mínimo neste país é pequena, e porque, com a criação do Piso, em julho de 1987 - transformado em norma constitucional pela Constituinte - o salário mínimo ficou desvinculado dos demais salários. Estes, quando há normas legais a respeito, ficam vinculados ao Salário Mínimo de Referência.

Uma das minhas maiores preocupações tem sido a de fazer a crítica do populismo - ou seja, tentar atender a todos, a trabalhadores, a empresários, a funcionários, a políticos, às custas do déficit público e da inflação - do nacionalismo retrógrado e protecionista, do estatismo ideológico, que muitos economistas confundem com posições progressistas. Sei muito bem, por outro lado, que, em matéria de salários, uma das atitudes populistas típicas é a de apoiar todas as reivindicações salariais a partir da afirmação tão absurda quanto recorrente de que "salário não causa inflação".

Mas, em contrapartida, todos sabemos que o Brasil é um dos países em que a concentração de renda é mais alta, não apenas quando comparada com os países desenvolvidos, mas também quando posta em confronto com a de países bem menos desenvolvidos. Todos sabemos que é impossível construir um capitalismo moderno com base em desigualdades tão gritantes. E que para se lograr uma distribuição de renda mais justa uma das medidas essenciais é o aumento do salário mínimo acompanhado da diminuição do leque salarial.

A proposta agora em discussão no Congresso tem esse sentido. Trará alguns problemas, mas certamente não nos levará à hiperinflação. Caminhamos para ela, sem dúvida, mas por outros motivos. Devido a um déficit público que o governo não tem a coragem de eliminar porque os governadores se recusam a diminuir suas obras, porque os empresários querem manter seus incentivos fiscais e não querem pagar mais impostos, porque os funcionários melhor remunerados não aceitam redução de seus salários, porque os políticos não tem coragem de demitir funcionários em excesso, porque as elites brasileiras não têm coragem de reduzir unilateralmente a dívida externa brasileira, porque o governo insiste em realizar uma política monetária ativa em benefício dos especuladores, pagando mais de 20 por cento de juros reais aos detentores de sua dívida mobiliária interna (o que, em um ano, representará cerca de 3 por cento do PIB).

O Piso Nacional de Salários, desvinculado dos demais salários, foi uma das poucas conquistas dos setores verdadeiramente progressistas no Brasil. Está hoje na Constituição. Precisa ser implementado com coragem e firmeza, se, apesar de tudo, acreditamos na modernização deste país.